





ATA n.º 42/2025 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS de 20/10/2025 - Ata de Reunião Extraordinária do Comitê de Investimentos que se reuniram na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Macaé - MACAEPREV, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.567.964/0001-04, na Rua Tenente Rui Lopes Ribeiro, duzentos e noventa e três, Centro, Macaé, Rio de Janeiro, no vinte de outubro de dois mil e vinte e cinco, as dezoito horas, de acordo com a Portaria nº 184/2025, estando presentes os membros do Comitê de 7 Investimentos, Alfredo Tanos Filho, Cláudio de Freitas Duarte, Edilane Santos Amaral, Erenildo Motta da Silva Junior, Fábio Carvalho de Moraes Drumond, José Eduardo da 8 9 Silva Guinancio, Miriam Amaral Queiroz e Patric Alves de Vasconcellos. Iniciada a 10 reunião, realizada de forma on-line, através da plataforma Google Meets, sendo tratados os seguintes assuntos: I – ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA – EMPRÉSTIMO 11 12 CONSIGNADO: Pelo Presidente do Instituto e membro Claudio Duarte foi dito que solicitou esta reunião extraordinária para tratar de um assunto muito relevante. Informou a 13 14 todos que recebemos o Estudo de Viabilidade Econômica, emitido pelo Economista da 15 empresa Agenda Assessoria, senhor Emanuel Jung Pijack, Corecon nº 2116 da 14ª 16 Região/MT, com o objetivo de comprovar tecnicamente a viabilidade econômica da 17 implantação da modalidade de investimento de empréstimo consignado no âmbito do 18 Instituto. Esta demanda do empréstimo consignado está no plano de governo do Exmo. Sr. 19 Prefeito e toda nossa equipe tem trabalhado forte e com afinco para disponibilizar essa 20 modalidade de programa de empréstimo consignado. A finalidade do empréstimo consignado 21 é entregar o que há de melhor para o servidor público, principalmente do ponto de vista de 22 aumentar o aspecto social do Instituto, visto que é a primeira vez na história que o servidor 23 vai ter acesso ao recurso dele sem ser por pensão ou aposentadoria. É inegável que este 24 movimento é trabalhoso mas tudo está sendo tratado de forma adequada, legal e transparente. 25 Há principio notei que a taxa sugerida de 1,75% a.m. ou 23,14% a.a., ao meu entender, ficou 26 alta e que o caráter social poderia estar sendo prejudicado, o que poderá ser reavaliado pelo 27 Conselho Previdenciário. Ao Comitê cabe a analise técnica do estudo sobre a viabilidade da 28 modalidade em si, sobre se ela faz sentido para a carteira, de acordo com os princípios de 29 diversificação, segurança e rentabilidade. O estudo traz apenas uma sugestão de taxa, e















30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

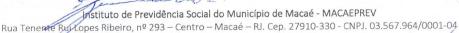
56

57

58

gostaria de solicitar ao membro *Patric* que faça a leitura completa do estudo para que todos tomem ciência de todos os pontos que o estudo menciona. Após a leitura completa do Relatório os membros puseram-se a discutir sobre o assunto conforme se segue: Pelo membro Eduardo foi dito que após a leitura de todo o material e sua amplitude de informações recomendo que o presente estudo venha acompanhado das fontes de pesquisa que embasaram as afirmações, dos dados técnicos, dos materiais e documentos usados para conclusão da análise e do estudo de viabilidade. Recomendo que o estudo apresentado venha acompanhado das planilhas, fluxos, relatórios e demais documentos de simulações e testes que demonstram a viabilidade do negócio para o Município de Macaé, considerando o perfil demográfico. atuarial e financeiro dos 15.553 servidores e segurados. Em homenagem ao princípio da transparência, recomendo a abertura da taxa de Custos Administrativos e Operacionais (5,50% aa), inclusive da taxa de Administração (4,8% aa), recomendando também que seja ampliada a abordagem e justificativas nos aspectos das taxas apresentadas: como exemplo as taxas de administração mais altas que o Macaeprev possui em seu portifólio estão vinculadas aos produtos de Renda Variável (+-2% aa) e nos produtos de investimentos tradicionais que o Macaeprev possui em sua carteira está expresso em seus regulamentos que não existe garantia de rentabilidade, enquanto que nessa nova modalidade de investimento, além de tudo que foi apresentado e justificado, existe a vinculação contratual de assessorias administrativas, contábeis, jurídicas, serviço de recuperação de eventuais créditos perdidos, serviço de emissão de boleto de eventuais cobranças de inadimplências, serviços sistêmicos, etc, que vêm a corroborar com a taxa de administração de 4,8% aa. Pelo membro Patric foi dito que nós temos algumas variáveis principais e importantes neste estudo que são: Taxa Total de 1,75% a.a. Taxa Total de 23,14% a.a. Dentro da taxa total nós temos a composição de 17,64% a.a. de rentabilidade para o Instituto + 4,80 % a.a. de taxa administrativa que engloba diversos serviços + 0,70 % a.a. de taxa de oscilação de risco e fundo garantidor (Não está especificado mas fui por exclusão porque na licitação estava o custo da empresa de 4,80% a.a.). Que há algumas réguas que o economista mencionou que são a) a meta atuarial atual do Instituto que estimou em 10,31% a.a. b) Média do CDI que estimou em 13,01% a.a. e c) Taxa SELIC atualmente m 15,00% a.a. Acredito que poderia abrir um linha ali para separar os 5,50% a.a.





Site: www.macae.rj.gov.br/macaeprev - E-mail: macaeprev@macaeprev.rj.gov.br

Comitê de Investimentos 2025

2









59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

em 4.80% a.a. de taxa de administração e 0,70% a.a. de fundo garantidor e oscilação de risco mas que isto não afetaria a qualidade do estudo ou modificaria qualquer sugestão do economista. Pelo membro Alfredo foi dito que para ser sincero o material que ele apresenta é muito claro e bem redigido, sendo adequadamente separado em tópicos e bem didático. Concordo com o Eduardo nesse aspecto de que talvez falte um embasamento a sustentar aquilo que ele trouxe para dentro do estudo. Mas entendo que a questão é só de aprimoramento, pois o material em si está muito claro com relação ao percentual de juros. Enfim algo que a gente tem que tem que avaliar e se debruçar que é muito sensível. Tem que ter muita cautela para tratar disso, mas me parece que está bem razoável, tudo que ele traz tá tudo muito dentro de uma razoabilidade. Pelo membro Edilane foi dito que concorda com o membro Alfredo, no sentido de que está bem redigido e de fácil entendimento em toda a sua estrutura, sendo aprovação do estudo e da taxa feitos Conselho Previdenciário. Com relação à transparência, acho pertinente demonstrar a fonte do que está sendo apresentado. Pelo membro Fabio foi dito que considerei muito bem elaborado estudo e muito didático. Também entendo que essas partes referenciais são de suma importância. Ainda mais quando você cita algo você tem que deixar elencado a sua fonte de pesquisa justamente por você estar trazendo para dentro do estudo essa questão. Essa questão da adequação, é somente fazer o destrinchamento desse custo operacional. Eu acho também plausível ficar evidenciado estas questões. Uma reavaliação e ajuste para inserir essa referência bibliográfica, até porque se o tribunal vem cobrando nesse sentido. A gente já imaginava que essa operação ela tem um custo elevado. Embora tenha todas as vantagens sendo muito bem apresentadas. Eu senti falta também de um aprofundamento no estudo da taxa. A gente vê que o próprio cenário dita muito desse mercado. Temos banco oficial público partindo de uma taxa alta, mas a gente também não sabe as condições de cada um. Acho que o Banco do Brasil era o décimo oitavo da lista do Banco Central do Brasil. Acho que poderia explicar melhor como chegou nessa taxa de 1,75 a.m. Por que o custo é 4,80% a.a.? Todo detalhamento nessa questão percentual é interessante a plausível e eu acho que é só uma complementação. Tudo muito bem redigido, trabalho muito bem feito. E eu acho que pode ser sim complementado, até para a gente poder o ter tudo isso. Mas eu queria deixar frisado que isso também é um ajuste fino e que o estudo

Instituto de Previdência Social do Município de Macaé - MACAEPREV

Tenente Rui Lopes Ribeiro, nº 293 – Centro – Macaé – RJ. Cep. 27910-330 - CNPJ. 03.567.964/0001-04

Site: www.macae.rj.gov.br/macaeprev - E-mail: macaeprev@macaeprev.rj.gov.br

Comitê de Investimentos 2025







88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

em sim é satisfatório, que talvez isto não interferiria na taxa ou em outros dados mais relevantes. Pelo membro *Miriam* foi dito que acho que o *Eduardo* deu uma contribuição hoje quando ele coloca a questão da fundamentação teórica metodológica, tudo isso que a gente tem certeza que a empresa tem. Então é pedir isso e acredito que se resolve com muita tranquilidade e outra coisa, eu gostaria de elogiar essa linguagem que a empresa usou porque assim, nas indicações do sindicato a gente optou por indicar pessoas técnicas que estão vivenciando o RPPS e entendem de investimentos mas geralmente os trabalhadores que estão na linha de frente não têm esse conhecimento técnico e uma linguagem mais técnica dificulta a nossa intervenção. Então, Presidente Claudio, entendo que o documento nos traz um pertencimento e nos inclui nesse debate. Concordo com o membro Fabio, quando esperávamos uma taxa de juros um pouco mais baixa até para corroborar com o que o Presidente Cláudio cita muito que é esse caráter social do empréstimo consignado pelo Macaeprev. Fiz umas pesquisas depois de ler o estudo e verifiquei que havia alguns bancos privados que ofereciam o empréstimo com taxas menores e também tem a questão de que oferecem 120 meses o que poderia contribuir para uma perda da competividade do projeto ou até mesmo inviabilizar. Então esta demanda poderia ser melhor trabalhada, da diminuição da taxa que é atribuição do Conselho Previdenciário até para pode trazer aumento real para o bolso do trabalhador. Então isso deixa a gente um pouco frustado, mas assim de qualquer forma a gente sabe que avançou mas a gente gostaria de um pouco mais. Eu acho que essa questão que o Eduardo traz ele é pertinente, mas de fácil resolução. Fica esse registro nosso aqui do sindicato que para ele ter um caráter um pouco mais social, ele teria que ter taxas mais atrativas e quanto a Macaeprev, a gente sabe que o grupo continua zelando pela saúde financeira do Instituto porque está provado que é um bom investimento para gente e a gente não vai se opor a esse processo, mas que gostaríamos que ele também abarcasse nesse caráter social e para que o trabalhador realmente pudesse sair desse quadro que a gente se encontra. Eu agradeço por todo o processo, as pessoas que se debruçaram nesse processo por esse tempo todo e vimos que houve um carinho e muita atenção e isso não tá sendo diferente. Estamos a quase duas horas de reunião de uma reunião extraordinária e isso demonstra o quanto as pessoas aqui estão envolvidas e comprometidas. Pelo membro Patric foi dito que a













117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

questão de desmembrar a taxa de administração pode ser resolvida facilmente mas que não altera o cerne do estudo em si que é a definição da taxa e rentabilidade. Pelo Presidente Claudio foi dito que convocou esta reunião para que o Comitê de Investimentos tivesse um olhar técnico sobre a viabilidade econômica da modalidade de empréstimo consignado e para ver se a opção de investimento cabe dentro da carteira do Instituto. Entendo que o estudo é assinado pelo economista e cada um é responsável pelo que assina. Poderei solicitar essas questões apenas complemento porque se fizermos uma analogia com o cálculo atuarial por exemplo, eu nunca vi ninguém pedir ao Atuário abrir todas as planilhas, todos os documentos que embasaram a avaliação atuarial. No momento em que o profissional assina ele se responsabiliza pelos dados, opiniões e sugestões realizadas. Não vejo problema nenhum no estudo que possui um profissional responsável assinando o documento técnico. A primeira coisa que preciso manifestar é que no meu entender a taxa ficou alta, mas a rentabilidade da taxa quem vai decidir é o Conselho Previdenciário. Temos a manifestação do economista sobre aumentar e diminuir a taxa e menção sobre o TCE/RJ. Há alguns parâmetros mencionados pelo economista que são o CDI, a nossa meta atuarial e SECIC, todos os dados voláteis. Então o CDI está batendo a meta este ano, está que vai bater a meta no ano que vem? Não há como saber. Tanto as sugestões apresentadas de abrir a taxa de administração ou de algumas fontes são questões de ajuste fino e aprimoramento que dificilmente vão modificar o resultado final que é a taxa ou rentabilidade. Os pontos mais importantes. Esta é a minha visão sobre o estudo apresentado que foi muito bem redigido conforme falado por todos, não vejo que as sugestões precarizam o estudo ou sequer causam impacto no ponto central do estudo, sendo plenamente possível levar ao crivo do Conselho Previdenciário porque de fato. é o Conselho Previdenciário que definirá a taxa a ser utilizada. Pelo membro Miriam foi dito que precisa agradecer todo o processo em nome de todos os servidores e que embora a gente busque uma solução para os problemas que a gente tem no nosso dia a dia enquanto Servidor Público a gente entende. A gente é muito grato, porque estamos numa relação muito transparente e honesta, e a comparação com outros institutos e outros sindicatos nos fazem chegar à conclusão de que estamos no caminho certo. Muito obrigada. Pelo membro Patric foi dito que é muito gratificante a gente debater aqui porque nós estamos no momento





















146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

histórico mais importante do Instituto. Acompanhei diversas reuniões do Conselho Previdenciário e Fiscal e tivemos muito momentos importantes mas considerei este o mais importante de todos. Participamos da prova de conceito da empresa e considerei o sistema muito satisfatório, que conseguiu abranger bem todos os requisitos do termo de referência. O estudo de viabilidade também foi bem escrito, essas adequações não terão o poder de modificar o posicionamento do economista e pode ser realizadas facilmente. De todo o processo que a gente está vivendo não sei quantos meses, guerreando a cada dia para conseguir atingir o objetivo, que é o objetivo do Chefe do Poder Executivo, dos vereadores, da Presidência do Macaeprev e presidência do Sindicato e principalmente do servidor. Dificilmente veremos um "alinhamento dos planetas" e de todos estes atores desta forma como está agora. É bem verdade que a taxa ficou alta, esperávamos menos, mas temos que respeitar o posicionamento do economista. Figuei feliz com o relatório e com todo o trabalho desta equipe. Parabéns. Pelo membro Claudio foi dito que, comparado a outros investimentos na nossa carteira, só consegue enxergar vantagens nesta modalidade, pois neste momento de taxa de juros altíssimas estaremos cumprindo um papel social, oferecendo taxas menores aos servidores e cumprindo um papel social também. O momento é complicado, mas o Instituto figura com uma proeminência de oferecer taxas, ajudando o servidor sem prejudicar o atingimento da meta atuarial. Pela primeira vez na história que o servidor público vai ter acesso ao fundo que é dele e para ele, sem ser através dos benefícios de pensão e aposentadoria. Desta forma, o Instituto contribui para descontruir qualquer imagem de que é só um desconto no contracheque do servidor, agregando mais um serviço aos servidores e à sociedade. Se o Instituto não tiver a capacidade de cumprir esse papel, de uma gestão humanizada para que ele existe? O que temos que fazer é tirar essa ideia de que o servidor vai causar inadimplência no Instituto, isso não vai ocorrer não, temos servidores honestos e comprometidos com a administração pública e que vão honrar com seus compromissos, até porque o desconto é efetuado direto em folha e possuímos mecanismos seguros para a inadimplência. É claro que a gente tem que resguardar o Instituto, mas tenho certeza que os servidores irão honrar seus compromissos assim como pagam as suas parcelas em dia para os outros bancos. Pelo membro Patric foi dito que devido o avançado da hora













175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190191

192

193

194

195

196

197

198

precisamos dar um fechamento nesta reunião. Pelo membro Erenildo foi dito que entende que a conclusão aqui seria o comitê corroborando que o estudo é viável, que o empréstimo consignado é um produto viável para nossa carteira de investimentos. Acho que é isso que a gente tem que levar para o conselho, concordar que o produto é viável e que pode bater nossa meta atuarial e que pode dar um bom resultado contribuindo para a nossa carteira de investimentos. Lógico, além de contribuir também para o servidor. Acho que seria essa conclusão. Pelo membro Alfredo foi dito que entende que para nós, enquanto Comitê, eu concordo que o estudo é viável, agora com relação às especificidades da taxa de juros, valores que vão ser colocados em percentual para disponibilização aí é algo mais complexo que foge da minha alçada, enquanto membro do Comitê. Eu estou convencido que é viável e estou entendendo que a gente está conduzindo o voto dessa maneira pela viabilidade do empréstimo consignado como uma ferramenta de investimento no instituto. II - CONCLUSÃO DO COMITÊ: Após a leitura do estudo de viabilidade emitido pela empresa Agenda Assessoria e debates, os membros decidiram pela viabilidade do empréstimo consignado como uma ferramenta de investimento no Instituto que pode contribuir para o atingimento da meta atuarial visto que é um investimento de previsibilidade e crescimento continuo mantendo também diversificação dentro mercado financeiro e que as questões relativas a alguns acertos a serem realizados no estudo como a abertura ou separação do taxa de administração do fundo garantidores e de oscilação de riscos e menção sobre fontes do estudo não alterariam o resultado do estudo em si, que poderia ser anexado a fundamentação teórica até como um anexo ficando o Instituto responsável para tal, sendo possível o encaminhamento para o Conselho Previdenciário que poderá avaliar e decidir sobre a taxa praticada. III - ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às vinte horas e vinte minutos, tendo a ata sido lida e assinada por todos os presentes.

199200

201

202

COMITÊ DE INVESTIMENTOS:

Alfrede Tanos Filho

Claudio de Freitas Duarte

Meringh





Pró-Gestão

203 Edilane Santos Amaral

Erenildo Motta da Silva Junior

204

Fábio de Carvalho de Moraes Drumond

205

Miriam Amaral Queiroz

of all the

José Éduardo da Silva Guinancio

Patric Alves de Vasconcellos
(Gestor de Recursos)